

Introdução

Cara(o) cursista,

Esta unidade que abre o Módulo II do nosso curso tem como tema "A proteção da Infância e da Adolescência como Política de Direitos Humanos".

Nesta unidade, você poderá:

- a) Compreender a interface entre os direitos da criança e do adolescente e os direitos humanos;
- b) Identificar-se como um agente de promoção dos direitos humanos.

O mais importante é compreender que o tema dos direitos humanos perpassa todas as questões que envolvem a garantia dos direitos de crianças e adolescentes e que todos nós temos um papel fundamental para a efetivação desses direitos.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

No campo dos Direitos Humanos

Situar o Direito da Criança e do Adolescente no campo dos Direitos Humanos significa reconhecer a população infanto-adolescente como titular de tais direitos, a partir da compreensão de sua condição como cidadãos em condição peculiar de desenvolvimento, baseada em uma nova cultura da infância e da adolescência.

Nesse sentido, pode-se afirmar que os direitos humanos de crianças e adolescentes constituem um tema especial no campo dos direitos humanos.

Por isso, é necessário compreender o significado dos direitos humanos, suas principais características e dimensões, para observar a sua interface com os direitos da criança e do adolescente.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

Direitos Humanos: o que significam?

Direitos humanos são os direitos fundamentais de qualquer pessoa, independentemente de raça, sexo, idade, religião, opinião política, origem nacional ou social, que visam resguardar a dignidade inerente a todo ser humano e estão intimamente relacionados com os conceitos de igualdade, liberdade, justiça, democracia e solidariedade.

Tais direitos são construídos historicamente a partir da luta de diversos atores sociais e reconhecidos por normas nacionais e internacionais, expressando uma realidade a ser buscada permanentemente.

Geralmente, os direitos humanos são percebidos sob dois aspectos: por um lado, limitam o exercício do poder do Estado, por outro, constituem condições mínimas para uma existência digna das pessoas, exigindo portanto prestações positivas do Estado.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

Documentos internacionais de Direitos Humanos

No plano internacional, diversos documentos foram criados para assegurar os direitos humanos. Dentre eles, destaca-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948, a qual reconhece como direitos fundamentais de todas as pessoas tanto os direitos civis e políticos como os direitos econômicos, sociais e culturais.

Tal Declaração introduziu a chamada concepção contemporânea dos direitos humanos, caracterizada pela universalidade, pela indivisibilidade e pela interdependência desses direitos, consagrando, assim, a visão integral dos direitos humanos.

Desde o período do pós-guerra já foram adotados mais de uma centena de instrumentos internacionais de proteção dos Direitos Humanos, entre Declarações, Tratados, Pactos e Convenções, sendo que, muitos deles foram ratificados pelo Brasil. Além disso, desenvolveram-se instituições, instrumentos e mecanismos internacionais de proteção dos Direitos Humanos, em sua maioria criados por tratados internacionais.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com vínculo obrigatório da fonte

Direitos Humanos no Brasil

O conjunto de normas do Brasil assimilou os direitos humanos, sobretudo, com a Constituição Federal de 1988, que prevê princípios e direitos fundamentais de qualquer cidadão.

Observe que no Brasil existem diversas leis que tratam da proteção e promoção dos direitos humanos, a exemplo da Lei de Execuções Penais, do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Lei Orgânica da Assistência Social, do Estatuto do Idoso, mais recentemente a Lei do SINASE, dentre outras.

Porém, é importante refletir que não basta dispor de instrumentos jurídicos para a proteção dos direitos humanos, mas, efetivamente concretizá-los, e isso depende dos poderes constituídos, e de cada pessoa que compõe a sociedade, a partir de uma prática que respeite os direitos do outro, construída, necessariamente, no reconhecimento das diferenças, na convivência, nos ambientes da família, da moradia, do trabalho e da vida pública.

A consagração dos direitos humanos é uma conquista para a humanidade, e sua efetiva implementação uma possibilidade de assegurar uma vida digna para todas as pessoas, ressaltando o seu caráter estratégico para a luta política de transformação da sociedade.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

Direitos Humanos da Criança e do Adolescente

A Declaração Universal dos Direitos Humanos traz uma menção específica às crianças, ao prever no seu art. 25, § 2º, que:

“A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.”

Porém, para a promoção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes num sistema estratégico foi necessária a criação de instrumentos e mecanismos de promoção e proteção de tais direitos.

Essa proteção especial atribuída aos direitos humanos de crianças e adolescentes encontra-se consagrada em alguns documentos internacionais específicos, como a Declaração Universal dos Direitos da Criança, de 1959, e a Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, de 1989 (que será estudada na próxima unidade).

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

Crianças e adolescentes: sujeitos de direitos

Como se pode observar, o crescente respeito pelos direitos humanos é resultado de um processo histórico pautado pela preocupação com a dignidade das pessoas, sendo que a proclamação pública dos direitos de crianças e adolescentes enriqueceu o discurso geral dos direitos humanos ao dotá-lo de especificidade e concretude.

Os direitos humanos deram aos direitos de crianças e adolescentes um caráter político e público. Assim, se amplia a visão da criança e do adolescente como pessoa integrante da sociedade e se reconhece seu caráter de cidadão. A preocupação com a condição material de crianças e adolescentes deixa de ser apenas uma questão de filantropia e caridade para integrar as responsabilidades administrativas dos Estados.

A Doutrina da Proteção Integral, trazida pela Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, deu novo status a todas as crianças e adolescentes: de meros objetos da intervenção estatal passaram à condição de sujeitos de direitos. E o que significa isso?

> Ser **sujeito de direitos** significa **ser titular de direitos e obrigações**.

Na esfera da justiça juvenil, ser sujeito de direito está em total contraposição com a concepção anterior de que a população infanto-adolescente era meramente “objeto de proteção” do Estado. Com base nessa tal proteção ocorriam internações irregulares e desmotivadas. A mal aclamada “situação de risco”, ou seja, crianças e adolescentes vítimas de abandono, violência doméstica, pobreza, orfandade, etc., era por si uma justificativa para que o Estado atuasse determinando o abrigo compulsório com o afastamento da família e a internação sem tempo determinado.

Portanto, crianças e adolescentes não podem ser mais objetos de medidas judiciais, mas sim ter todos os seus direitos garantidos.

Para entender melhor...

A concepção da criança e do adolescente como sujeitos de direitos começou a ser fomentada a partir da década de 1970, na efervescência da luta pelos direitos humanos no Brasil, sendo intensificada na década de 1980, com a luta pela democratização do país e pela garantia de direitos. Dois princípios fundamentam tal concepção: a igualdade perante a lei e o respeito à diferença.

O que caracteriza a igualdade é a universalização dos direitos, ou seja, que todos os direitos sejam garantidos para todas as crianças e adolescentes, independentemente da origem socioeconômica, da idade, da raça/etnia, do gênero, da estrutura familiar, da religião ou de qualquer outro critério.

Já o respeito à diferença caracteriza-se pela consideração da criança e do adolescente como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, ou seja, crianças e adolescentes são titulares de todos os direitos humanos e, além disso, têm direitos específicos que lhes são assegurados pela sua condição de crianças e adolescentes (a exemplo da convivência familiar e comunitária; da profissionalização e da proteção no trabalho).

Direitos Humanos de crianças e adolescentes na Constituição Federal

No Brasil, todos os direitos humanos reconhecidos internacionalmente às crianças e adolescentes foram assimilados pela Constituição Federal de 1988, como pode ser observado no seu art. 227.

Este dispositivo constituiu uma síntese do conteúdo da Convenção, configurando, assim, o conjunto de direitos fundamentais a ser promovido pelo Estado, pela família e pela sociedade em três áreas básicas: o direito à sobrevivência (vida, saúde, alimentação); o direito ao desenvolvimento pessoal e social (educação, cultura, lazer e profissionalização) e; o direito à integridade física, psicológica e moral (dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária).

Acrescente-se, ainda, que aqueles três entes co-responsáveis (Estado, família e sociedade) devem proteger as crianças e adolescentes de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

Os Direitos Humanos no Estatuto da Criança e do Adolescente

Com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), a maior parte de tais direitos fundamentais foram previstos no seu Título II (art. 7º a 69), reafirmando a doutrina da proteção integral.

Além disso, todos esses direitos conferidos a crianças e adolescentes são alcançados pelo princípio da prioridade absoluta, o qual prevê que devem ser garantidos antes de quaisquer outros, ou seja, dentre os direitos fundamentais reconhecidos a todas as pessoas, expressão de sua inerente dignidade, aqueles relativos a crianças e adolescentes deverão estar em primeiro lugar.

Sendo assim, as crianças e adolescentes têm direitos previstos para todos os seres humanos, porém contam com direitos específicos por sua condição de ser crianças e adolescentes, que merecem proteção diferenciada tendo em vista que são mais vulneráveis que os adultos.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

Garantindo os Direitos Humanos de crianças e adolescentes

A garantia dos direitos humanos da população infanto-adolescente implica e exige, além da afirmação normativa, a formulação de políticas públicas específicas capazes de superar um discurso retórico, promovendo, assim, uma atuação articulada e interdisciplinar de diferentes atores sociais. Trata-se do desenvolvimento de políticas em favor da infância e da adolescência na área da educação, da saúde, da assistência social, da cultura, da habitação, da segurança pública, dentre outras.

Nessa perspectiva, a “política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente”, que faz parte da política de promoção dos direitos humanos, perpassa, de forma transversal e intersetorial, todas as políticas públicas, reafirmando a idéia do imperativo cumprimento dos direitos desse grupo social, observando a sua integralidade e prioridade.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

Para concluir

Cara(o) cursista,

Nesta unidade você teve oportunidade de conhecer a construção histórica dos direitos humanos e a sua relação com o Direito da Criança e do Adolescente.

É a partir dessa compreensão que poderemos afirmar o nosso papel de protetoras e protetores dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Para refletir um pouco mais sobre esse tema, convidamos você a assistir ao filme “10 centavos” (Brasil, 2007, 19 min.) e relacioná-lo ao que estudamos aqui sobre direitos humanos e política de proteção dos direitos humanos da infância e da adolescência.

Sucesso na aplicação dos conhecimentos adquiridos nesta unidade!

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

Novo Slide 12

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte